



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. FREIRE JÚNIOR)

| ~   |    |    |
|---|----|----|
| plinando a condessão da licença paternidade.        |    |    |
|   |    |    |
|   |    |    |
|   |    |    |
|   |    |    |
|   |    |    |
| DESPACHO: APENSE-SE AO PL Nº 105/91                 |    |    |
| À COM.DE CONST.E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO em 20 de maio | de | 91 |
| DISTRIBUIÇÃO  |    |    |
| 10 Sr. AFPY TADO                                    | em | 19 |
| Presidente da Comissão de Justia de Al Ronção       | ., |    |
| lo Sr   |    |    |
| Presidente da Comissão de                           |    |    |
| o Sr  |    |    |
| Presidente da Comissão de                           |    |    |
| lo Sr   |    |    |
| Presidente da Comissão de                           |    |    |
| No Sr   |    |    |
| o Sr  |    |    |
| Presidente da Comissão de                           |    |    |
| o Sr  |    |    |
| Presidente da Comissão de                           |    |    |
| o Sr  |    |    |
| Presidente da Comissão de                           |    |    |
| recidente da Comissão de                            |    |    |

GER 20.01.0011.4 - JAN./91

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 798, DE 1991

(DO SR. FREIRE JÚNIOR)



Regula a aplicação do artigo 7º, inciso XIX, da Constituição Federal, disciplinando a concessão da licença-paternidade.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 105, DE 1991).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 24 / 04 / 91.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 798 , DE 1991

Regula a aplicação do Art. 79, inciso XIX, da Constituição, disciplinando a concessão da licença-1 paternidade.

DO DEPUTADO FREIRE JUNIOR

## O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

Art. 19 - Cinco dias a partir do nascimento do filho, com ou não, o trabalhador gozara de sete dias de licença remunerada , para prestar assistência à esposa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

## JUST1F1CAÇÃO

Esse problema foi amplamente discutido na Constituinte , transferida sua solução primeiro para as Disposições Transitórias , depois para solução da lei ordinária.





Reconheceu-se que a parturiente precisa da assistência do seu companheiro, no parto e durante os primeiros días de resguardo, para providenciar os cuidados medicos necessários.

Mas essa licença também deve vigorar, no caso do natimorto, tanto mais quanto a mãe, além do sofrimento da "delivrance", fica traumatizada com a morte do filho.

Sala das Sessões, em

Deputado FREIRE JUNIOR





LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES



|          | 1988  |
|----------|---|
|          | Título II   |
|          | DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS   |
| <b>,</b> | ,   |
|          | Capítulo II DOS DIREITOS SOCIAIS  |
|          |   |
|          | Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além<br>de outros que visem à melhoria de sua condição social: |
|          |   |
|          | XIX — licença-paternidade, nos termos fixados em lei;   |
|          |   |
|          |   |

PROPOSICAO: PL. 798 / 91 DATA APRES.: 0/04/91

Regula a aplicação do Art. setimo, inciso XIX, da Constituição, disci-'plinando a concessão da licenca-paternidade...

Despacho : Apense-se ao PL. 0105/91.

SGM/Edilson.